

| 43 | PLANEJAMENTO E CONFLITO: EXPERIÊNCIAS DE
PLANEJAMENTO URBANO EM CONTEXTO DE CONFLITOS
SOCIAIS

Fabrcio Leal de Oliveira

É pelo conflito que estudamos a cidade em sua potencialidade. É através das relações conflituosas que os grupos urbanos, em função da diversidade e heterogeneidade, pressupostos da condição urbana já destacados pela sociologia de Chicago, expressam a multiplicidade de gramáticas sociais que constituem um vigoroso campo de análises dos estudos urbanos comparados. A origem dessa abordagem pode ser creditada à sociologia de Simmel (1955) que, em resposta aos teóricos da harmonia (por exemplo, Durkheim), rompe com a noção polarizada entre o conflito e a ordem enquanto categorias de entendimento radicalmente opostas e excludentes. O conflito social, já dizia Simmel, é um dos vários tipos de interação social, de associação.

O conflito é um importante indício de vitalidade social. E a sua negação é a indiferença, e esta é, ainda para Simmel, a ausência da sociabilidade. A diversidade e a diferença que caracterizam as cidades produzem e evidenciam, também, a existência das interações conflituais. Os conflitos urbanos possuem intensidades e modulações variadas. São os atores, objetos e objetivos de conflitos, temporalidades, formas, geografias, retóricas e simbologias que oferecem um quadro complexo e diferenciado da cidade. Como e onde se manifestam os conflitos? Que reivindicações, anseios e frustrações traduzem? Que tensões entre grupos e indivíduos trazem à luz? De que maneira a desigualdade sócio-espacial se expõe a partir de informações sistemáticas sobre conflitos? Movimentos sociais organizados e manifestações de multidões, ações coletivas na justiça ou abaixo-assinados, conflitos de vizinhança, inúmeras são as formas através das quais a cidade explicita sua urbanidade, sua diversidade e desigualdade e, mais do que isso, elabora as formas de enfrentá-las. Dito isso, é possível afirmar que a identificação, o mapeamento e a análise da conflituosidade nas cidades são chaves fundamentais para o entendimento da realidade e dinâmica das cidades e um rico material a ser explorado em estudos comparados.

O conflito social, além de ser uma importante chave para estudos urbanos, pode oferecer formas alternativas de intervir nos espaços urbanos através de políticas, planos e projetos. É o que realizaram algumas comunidades populares de cidades como no Rio de Janeiro, a comunidade Vila Autódromo na elaboração do Plano Popular; na capital baiana, o Plano do Bairro Saramandaia; na Região Metropolitana de Recife, em Pernambuco, e na ocupação Dandara, na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Como sabemos, a formação das cidades brasileiras envolvem narrativas que explicitam os conflitos de interesse e os projetos sobre os territórios urbanos, cujos desfechos concorrem para o aprofundamento das desigualdades sócio-espaciais, como é o caso, por exemplo, das remoções compulsórias das comunidades menos favorecidas. As desigualdades de poder, as diferenças de posição social e os recursos que têm disponíveis, não apenas deflagram disputas, como também permitem a formulação de gramáticas sociais, códigos, princípios de justiça e complexos conteúdos de justificação que, mesmo com dificuldades, se inscrevem na arena pública acionando antagonistas e atribuindo responsabilidades (Werneck, 2012).

Os moradores desses bairros populares, a partir da confrontação diária com as situações de carência, precariedade e de invisibilidade aos olhos do Estado e espaços de decisão, envolvidos nas situações de conflito, elaboraram a formulação de denúncias, justificações e projetos urbanos. Na formulação desse frame é que se desenvolvem formas contra-

hegemônicas de planejamento que resignificam, portanto, do ponto de vista teórico-conceitual, as metodologias e as práticas da ação planejadora em sua expressão dominante. O domínio cognitivo da enunciação do projeto para o bairro onde moram, ou onde planejam morar, é ancorado na experiência diária de moradores que, em diálogo com os técnicos e especialistas, de formação interdisciplinar, realizam o processo de “dupla hermenêutica” das lógicas produzidas pelos moradores.

A conflituosidade urbana é acionada enquanto fundamento e é a partir dela que pode emergir um novo sujeito planejador: popular, coletivo e que se constrói na prática mesma do conflito e do planejamento.

A diversidade ordena, nesse sentido, a ameaça ao entendimento de uma cidade única, formada por interesses integradores e universais. Assim, o conflito social coloca em dúvida a lógica universal da razão entre os discursos (Ranciere, 1996). Partindo do princípio que as experiências realizadas pelos grupos no tecido urbano não são as mesmas, bem como as posições dos atores, seus projetos para a cidade também não o serão.

Os discursos hegemônicos evocam, de maneira recorrente, a legitimidade dos espaços de participação. Estes processos ditos participativos, no entanto, apontam para a mediação e contorno do conflito social, sempre percebido, quando não conceituado, como disfunção, patologia social a ser extirpada, sob risco de contágio, de metástase. Os conflitos ameaçam a cidade onde se partilham projetos comuns, escorados, quase sempre, na utopia de uma sociedade urbana harmônica. A pax urbana, que já foi a imagem projetada pela cidade igualitária dos socialistas utópicos, transforma-se, agora, na imagem da cidade negocial, competitiva, pátria urbana unificada na guerra entre cidades para atrair capitais, megaeventos e turistas. As articulações simbólicas responsáveis pela noção de coesão-urbana revelam a dimensão negocial, na medida em que a pretensão da comunalidade de projetos e sentimentos é convertida em atributos para a condição de “cidade-empresa” onde o potencial competitivo submete a dimensão política da cidade, em outras palavras, onde a city submete a polis (Vainer, 2000).

E é a partir do conflito social que se desdobra nas cidades as formas de construção alternativas de planejar os territórios urbanos que a presente proposta deseja desenvolver. Com base no acúmulo de literatura já existente sobre as formas de planejamento participativo, que não se limitam apenas ao planejamento urbano (Vainer, 2003), as reflexões que orientam as formulações teórico-metodológicas dos modelos de planejamento, os limites e as possibilidades das experiências nos diferentes contextos serão a ideia regente das discussões apresentadas nesta sessão livre.

Além da crítica ao planejamento orientado à lógica do mercado global em que as cidades são travestidas em mercadorias, na esteira do planejamento alternativo, se faz a crítica à autoridade dos especialistas e da ciência da definição dos espaços urbanos. O papel dos especialistas em planejamento neste processo é, também, alvo de tensões e questões. Armados com as críticas ao planejamento hegemônico, e tomando partido dos que estão em desvantagem nas situações de conflito, essa nova modalidade (técnica) de planejamento, que é, ao mesmo tempo, instrumento de luta, realiza uma nova interlocução de saberes e das práticas dialógicas entre os envolvidos no processo, visando garantir a autonomia dos planejadores coletivos.

A diversidade de molduras no que se refere às formas de pensar e intervir nos territórios demonstra as tensões internas ao campo do planejamento urbano e regional. Que, guardadas as diferenças entre as modulações, buscam constituir formas de conhecimento a partir das relações de conflito e, principalmente, compartilham elementos que centralizam o processo de constituição do sujeito coletivo que planeja ao mesmo tempo em que se afirma como sujeito no conflito.

Em síntese, ao reunir diferentes experiências localizadas, a sessão pretende explorar e discutir as possibilidades e limites de um planejamento insurgente, conflitual, que reconheça

na luta dos subalternos um instrumento do planejamento, e, no planejamento, um instrumento da luta.

A sessão terá apresentações de professores e pesquisadores de quatro instituições: Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Pernambuco.

Palavras-chave: conflito social, planejamento, espaço urbano

CONFLITO, MEDIAÇÃO, COOPERAÇÃO E DISPUTA: A CONSTRUÇÃO DO PLANO DE BAIRRO DE SARAMANDAIA

Gabriela Leandro Pereira

Resumo

O Bairro de Saramandaia, localizado em área de propriedade municipal de grande valorização imobiliária de Salvador foi constituído nos anos 1970, através de ocupações espontâneas, tendo se tornado referência de luta pelo direito à moradia. Atualmente possui população de 12 mil habitantes, com área de cerca de 30 ha. Desde 1985 está enquadrado como Área de Proteção Sócio-Ecológica. O Bairro vem sofrendo impacto de projetos urbanos (des) estruturantes, a exemplo do empreendimento Imobiliário Horto Bela Vista, previsto para uso misto de alto padrão, em terreno com 33ha e área construída de 1.000.000m². Com a intervenção do Ministério Público, exigindo a elaboração de um Estudo de Impacto de Vizinhança, os moradores de Saramandaia acionaram a Defensoria Pública, sendo estabelecido um conflituoso processo de negociação. Nesse contexto foi iniciado o Plano de Bairro, que tem como objetivo construir junto aos moradores alternativas para enfrentamento dos conflitos e propostas de transformação da área. Durante esse processo foram deflagrados respectivamente pelo Estado e município, dois projetos de grande impacto sob o Bairro: o Sistema Metroviário (de 36,4Km que conecta Salvador-Lauro de Freitas) e a Via Expressa Linha Viva (com 17,7Km de extensão de pista pedagiada) que propõem a remoção, respectivamente, de equipamentos coletivos e de cerca de 600 famílias e áreas de lazer. A iminente ameaça desses projetos sobre o Bairro ativou processos de resistência e mobilização, contribuindo para o fortalecimento da necessidade de elaboração de propostas alternativas que estão sendo desdobradas na elaboração do Plano de Bairro em conjunto com a Universidade.

Palavras-chave: Bairro, Planejamento, Conflito.

PLANEJAMENTO CONFLITUAL: UMA HISTÓRIA EM BELO HORIZONTE

Lúcia Capanema Álvares

Resumo

Belo Horizonte, projetada e implantada de maneira excludente, foi sempre sede de movimentos associativistas de base local; se nos primeiros anos eram tímidos e pontuais, assumiram a partir dos anos 1940 caracteres diversos e mais abrangentes, principalmente

com as Uniões de Defesa Coletiva nas favelas e bairros. À esta tradição somou-se nos anos 1960 a influência de agentes 'planificadores', indivíduos ligados às células comunistas ou à igreja católica progressista de maior intelectualidade e que fomentavam as ações reivindicatórias por moradia, infraestrutura, equipamentos, transporte e condições de vida em geral. A semente do planejamento conflitual espalhou-se, passando pela Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte nos anos 1980, frutificando-se no exemplo pioneiro da Vila Novo Ouro Preto, nos anos 1990 e nas ações de apoio à Ocupação-Comunidade Dandara, ameaçada de remoção, que propõe o conflito como forma de luta e dialética com o Estado para recriar oportunidades habitacionais. Ao fazê-lo, recria também espaços de vida política na cidade e reestabelece a esfera pública. O trabalho pretende apresentar o quadro do planejamento conflitual em Belo Horizonte; serão abordadas as principais formas e estratégias de luta, os planos delas resultantes e suas consequências.

Palavras-chave: planejamento conflitual, história Belo Horizonte

PLANEJAMENTO ALTERNATIVO DA VILA AUTÓDROMO: DIREITO E POSSIBILIDADE DE PERMANÊNCIA

Regina Bienenstein

Resumo

A articulação entre universidades públicas e movimentos sociais não é recente. No final da ditadura militar (1983), a resistência da Favela do Gato, São Gonçalo, RJ contra a ameaça de remoção total devido ao novo traçado da BR-101 (trecho Niterói-Manilha), possibilitou aos moradores, com apoio da Universidade Federal Fluminense, enfrentar o projeto oficial e conquistar a regularização fundiária de suas posses. Nessa mesma trajetória, a união e o diálogo entre universidade e movimento social na década de 1990, permitiram interromper o processo de remoção de 5.000 famílias residentes em área nobre da cidade de Niterói, RJ (Pendotiba). Hoje, Vila Autódromo se destaca como caso emblemático de resistência contra ações decorrentes de um planejamento competitivo, do urbanismo acupuntural e de concepções autoritárias de ordem urbana que a ameaça (Vainer, 2011, 2000). Em sua trajetória, Vila Autódromo demonstrou capacidade de agregar importantes parceiros em diferentes escalas, entre eles duas universidades públicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro (ETERN/IPPUR) e Universidade Federal Fluminense (NEPHU e GPDU), originando o Plano Popular, expressão do direito e da possibilidade de permanência da comunidade na área atual. A partir deste exemplo de planejamento alternativo no contexto de conflitos sociais gerados, no caso específico, pelos megaeventos que acontecerão na cidade do Rio de Janeiro, aprofundar-se-á a discussão sobre a metodologia de trabalho, os impasses e as perspectivas da construção de proposta que considera o movimento social como sujeito das ações e onde, a partir do diálogo com a população, a Universidade desempenha o papel de assessor técnico.

Palavras-chave: Vila Autódromo, planejamento alternativo, Rio de Janeiro

LEGITIMANDO A EFICIÊNCIA REALIZADA NOS GRANDES PROJETOS URBANOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE (RMR): CONFLITOS E CONTRADIÇÕES

Ana Cláudia Rocha Cavalcanti

Resumo

As práticas de planejamento urbano regional no Brasil têm passado por momentos de crises que atravessam períodos de regime autoritário, transição democrática, e democracia insurgente. Foram pouco mais de duas décadas de regime militar, e um pouco mais de duas décadas de regime democrático no Brasil, intermediados por um período de transição que é difícil precisá-lo, pois incluem mudanças nas dimensões políticas, institucionais, práticas jurídicas, práticas sociais de disputas pelas tomadas de decisões, etc.. De fato, entre outros, esses são os processos que disputam questões referentes à legitimação das práticas políticas e de planejamento das cidades. Esse trabalho discute as pertinências dos grandes projetos urbanos na Região Metropolitana do Recife (RMR) e as prioridades de investimentos desses projetos. As diferentes formas de controle social sobre onde, quando e como as cidades alocam recursos para o desenvolvimento urbano, bem como os conflitos de interesses gerados nesses processos são destacados. Os distintos graus de legitimidade dessas ações em momentos de crise onde a população vai às ruas protestar pela falta de envolvimento nesses processos definidores de investimentos, que muitas vezes reloca famílias, derruba casas, e abre espaço para novos empreendimentos mais lucrativos legitimando o desenvolvimento econômico e os interesses dos investidores competentes das cidades são elucidados. Atenção especial é dada aos grandes projetos urbanos que têm sido relacionados ao desenvolvimento econômico do complexo portuário de SUAPE, ao Sul da RMR, do complexo automobilístico e polo farmacológico ao Norte da RMR, ao projeto Porto Novo do Recife, e finalmente à Cidade da Copa

Palavras-chave: Práticas de planejamento; legitimação, disputas.

PLANEJAMENTO CONFLITUAL: LER E PLANEJAR A CIDADE A PARTIR DE SEUS CONFLITOS

Carlos Bernardo Vainer

Resumo

É na conflituosidade cotidiana, e não apenas, nem principalmente, nas explosões e crises, que podem ser encontradas e lidas as dinâmicas sociais nas nossas cidades. Mas os conflitos podem iluminar muito mais que os estudos urbanos. Podem inspirar formas de conceber e implementar políticas e planos. A principal inovação propiciada por uma leitura da cidade a partir de sua conflituosidade é que ela oferece um rico conjunto de conhecimentos que pode informar e sustentar um novo tipo de intervenção planejada, pleno de potencialidades até hoje inexploradas, que designamos de Planejamento Conflitual. Como teoria e perspectiva, como conceito, metodologia e prática contra-hegemônicas, o Planejamento Conflitual concebe e aciona a conflituosidade urbana como fundamento sobre o qual, e a partir do qual,

se constroem políticas, planos e projetos. E, também, talvez sobretudo, sobre o qual, e o partir da qual, se constrói um novo sujeito planejador – um coletivo social.

O main stream aponta para processos participativos e negociais, que têm por fim precípua evitar, contornar, mediar ou resolver conflitos, vistos como disfuncionais, custosos, ameaçadores, um risco para a pretendida coesão sócio-urbana que qualificaria a cidade para a competição com outras cidades. O Planejamento Conflitual, ao contrário, aponta e aposta no potencial criativo do conflito, do qual emergem sujeitos coletivos que resgatam a cidade enquanto arena política, isto é, enquanto espaço em que cidadãos se encontram e confrontam para debater e arbitrar os destinos da urbe.

Palavras-chave: planejamento conflitual, política urbana, conflitos sociais